



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NOS  
CARGOS DE ANALISTA JUDICIÁRIO E DE TÉCNICO JUDICIÁRIO – C-335/2015

COMUNICADO Nº 2, DE 30 DE AGOSTO DE 2016

**RELAÇÃO DE EXAMES MÉDICOS E DOCUMENTOS**

O Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, no uso de suas atribuições legais, informa a relação dos exames médicos necessários à realização de perícia médica (Quadro I) e dos documentos a serem entregues por ocasião da posse (Quadro II), que serão exigidos dos candidatos nomeados, de acordo com as disposições constantes do Edital nº 1/2015.

**Quadro I**

<b>EXAMES MÉDICOS NECESSÁRIOS À REALIZAÇÃO DE PERÍCIA MÉDICA</b>
Hemograma completo
Glicemia de jejum
Urina tipo I (Elementos Anormais e Sedimentoscopia-EAS)
Triglicerídeos
Creatinina
Tipagem Sanguínea e Fator RH
AST(TGO)
ALT(TGP)
Uréia
VDRL
Anti-HBs
HBsag
Anti-HCV
Colesterol total e frações (HDLc, LDLc)
ALT (Transaminase Glutâmica Pirúvica-TGP) e AST (Transaminase Glutâmica Oxalacética-TGO)
Teletórax PA e Perfil
Citologia oncótica (Papanicolau), para mulheres entre 25 e 65 anos (últimos 12 meses)
Laudo de avaliação cardiológica constatando ser o candidato portador de patologia cardiovascular ou não, cardiopatia grave ou não, realizado por cardiologista
Laudo Otorrinolaringológico (médico especializado), <u>acompanhado de avaliação por audiometria tonal</u>
Laudo Psiquiátrico, constatando ser o candidato portador de alienação mental ou não
Exame dermatológico clínico, atestando sanidade física do candidato executado por dermatologista



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

Laudo Oftalmológico (médico especializado) constando obrigatoriamente:	Teste de Ishihara
	Medida da pressão intra-ocular (tonometria) em valores para ambos os olhos
	Acuidade visual, detalhando em valores para ambos os olhos, conforme escala de snellen
	Campimetria visual, detalhando os valores em grau (0-90º) do olho direito e olho esquerdo e soma de ambos (medida do campo visual)
<b>PARA CANDIDATOS COM MAIS DE 40 ANOS</b>	Laudo Cardiológico com Eletrocardiograma (médico especializado)
<b>PARA CANDIDATOS COM MAIS DE 45 ANOS</b>	Homem: PSA (total e livre) Mulher: mamografia (últimos 12 meses)
<b>PARA CANDIDATOS COM MAIS DE 50 ANOS</b>	Pesquisa de sangue oculto nas fezes (método imunocromatográfico)

Observações:

1. Os exames médicos e laboratoriais exigidos pela Coordenadoria de Saúde do Tribunal serão realizados às expensas dos candidatos e servirão como elementos subsidiários à avaliação médica pré-posses.
2. Dado seu caráter eliminatório, o não comparecimento à avaliação médica na data e horário agendados pela Administração implicará na eliminação do candidato da lista de aprovados no concurso.
3. Os exames têm validade de 90 (noventa) dias, conforme orientação da Coordenadoria de Saúde deste Regional, a qual poderá solicitar, ainda, exames complementares.
4. O resultado de **todos os exames e laudos** devem ser encaminhados (**em arquivo único no formato PDF**) para o e-mail [codsa@trt8.jus.br](mailto:codsa@trt8.jus.br), sem prejuízo da apresentação dos originais na data agendada para a perícia médica.
5. Em caso de dúvidas relacionadas a exames e laudos, os candidatos deverão entrar em contato com a Coordenadoria de Saúde pelo endereço eletrônico acima referido ou pelo telefone (91) 4008-7270.

**Quadro II**

<b>DOCUMENTOS A SEREM ENTREGUES POR OCASIÃO DA POSSE</b>
Comprovação dos requisitos/escolaridade previstos no item 3 do edital de inscrição (cópias autenticadas)
Carteira de Identidade (cópia autenticada)
Certidão de Nascimento ou Casamento (cópia autenticada)
Comprovante de inscrição no CPF - Cadastro de Pessoas Físicas (cópia autenticada)
Se já for cadastrado, número de inscrição no PIS ou PASEP



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

Título de Eleitor (cópia autenticada)	
Prova de quitação com as obrigações militares/Certificado de Reservista, para os homens (cópia autenticada)	
2 (duas) fotografias 3x4, atuais, coloridas, de frente e sem chapéu, sendo que, para os homens, com camisa de gola social e gravata	
Certidões Negativas de antecedentes criminais dos locais de residência do candidato nos últimos 5 (cinco) anos, expedida pelos seguintes Órgãos:  <b>(OBS: Certidões que apresentarem ocorrências deverão ser acompanhadas das certidões explicativas)</b>	Justiça Federal ( <b>cível e criminal</b> ), obtida via internet, onde deve ser solicitada a sua autenticidade
	Justiça Eleitoral ( <b>quitação e negativa de crime eleitoral</b> ), obtida via internet no site <a href="http://www.tse.jus.br">www.tse.jus.br</a> , onde deve ser solicitada sua autenticidade
	Justiça Estadual ou Distrital (criminal), obtida nos respectivos Foros com sua autenticidade
	Justiça Militar Federal, obtida via internet pelo site <a href="http://www.stm.jus.br">www.stm.jus.br</a> , onde deve ser solicitada sua autenticidade
	Justiça Militar Estadual, obtida no referido Foro com sua autenticidade
	Tribunal de Contas da União, do Estado e, quando for o caso, do Município, obtidas nos respectivos Foros, onde deve ser solicitada sua autenticidade
	Conselho Nacional de Justiça (Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa)
Conselho ou órgão profissional competente, constando a informação de que não foi excluído do exercício da profissão (exigido para os cargos que possuem especialidades)	
Declaração de não ter sofrido, no exercício da função pública, as penalidades previstas no artigo 137 da Lei nº 8.112/1990, (conforme modelo <b>Anexo I</b> )	
Declaração de acumulação ou não acumulação de cargos e empregos, funções ou proventos de aposentadoria com o cargo que passará a ocupar (conforme modelo <b>Anexo II</b> )	
Declaração de parentesco até o terceiro grau, no âmbito desta Corte, inclusive dos respectivos membros ou juízes vinculados (conforme modelo <b>Anexo III</b> )	
Declaração dos entes públicos em que tenha trabalhado nos últimos dez (10) anos, constando a informação de que não foi demitido ou exonerado a bem do serviço público	
Declaração de Bens e Rendas ou da autorização de acesso às informações de Bens e Rendas, nos termos dos artigos 2º e 3º da INSTRUÇÃO NORMATIVA – TCU Nº 67, de 6 de julho de 2011 (conforme modelos <b>Anexos IV e V</b> )	
Declaração de Apresentação de Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física (conforme modelo <b>Anexo VI</b> )	



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

No caso de ser funcionário público, <b>prova de exoneração ou vacância do outro cargo (na data da posse para não haver interrupção do tempo de serviço)</b>
Termo de responsabilidade e manutenção de Sigilo, (conforme modelo <b>Anexo VII</b> )
Termo de responsabilidade pela autenticidade das informações e documentação apresentadas, (conforme modelo <b>Anexo VIII</b> )
Ficha de Dados Pessoais ( <b>Anexo IX</b> )

Os candidatos deverão observar, ainda, o seguinte:

1. Não serão aceitos protocolos dos documentos oficiais exigidos, nem fotocópias não autenticadas em cartório.
2. O exercício da advocacia é incompatível com o exercício de cargo ou função do Poder Judiciário, mesmo durante licença/afastamento não remunerado (artigo 28 da Lei nº 8.906/1994), devendo a inscrição na OAB ser cancelada, a pedido do candidato em fase de posse neste Egrégio Tribunal.
3. Caso os documentos não sejam apresentados dentro do prazo previsto pela Lei nº 8.112/1990, com a alteração da Lei nº 9.527/1997, o ato de nomeação do candidato será tornado sem efeito.
4. Além da apresentação dos documentos relacionados acima, a posse do candidato ficará condicionada à realização da avaliação médica, da qual resultará o laudo de apto para a posse expedido pela equipe médica do TRT da 8ª Região.
5. Os candidatos que não tomarem posse no prazo legal serão desclassificados e excluídos do concurso para todos os fins.
6. A falta de comprovação de qualquer dos requisitos para investidura até a data da posse ou a prática de falsidade ideológica em prova documental acarretará cancelamento da inscrição do candidato, sua eliminação do concurso público e anulação de todos os atos pertinentes a ele praticados pelo Tribunal, ainda que já tenha sido publicado o edital de homologação do resultado final, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

FRANCISCO SÉRGIO SILVA ROCHA  
Presidente



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

**COMUNICADO nº 2/2016 – ANEXO I**

**DECLARAÇÃO**

**DECLARO**, sob as penas da Lei, nos termos do artigo 137 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, abaixo transcrito, que \_\_\_\_\_ demissão ou destituição de cargo em comissão,  
*(sofri/não sou)*  
por infringência do artigo 117, incisos IX e XI, bem como do artigo 132, incisos I, IV, VIII, X e XI.

"Art. 137. A demissão ou destituição de cargo em comissão, por infringência do art. 117, incisos IX e XI, incompatibiliza o ex-servidor para nova investidura em cargo público federal, pelo prazo de 5 (cinco) anos.

Parágrafo único. Não poderá retornar ao serviço federal o servidor que for demitido ou destituído do cargo em comissão por infringência do art. 132, incisos I, IV, VIII, X e XI."

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_  
*(local e data)*

\_\_\_\_\_  
*(assinatura completa)*



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

**COMUNICADO nº 2/2016 – ANEXO II**

**DECLARAÇÃO**

\_\_\_\_\_  
(nome)

\_\_\_\_\_  
(cargo)

tendo em vista o disposto no artigo 37 , inciso XVI e XVII, da Constituição Federal e artigos 6º e 7º, § 1º, da Lei nº 8.027, de 12 de abril de 1990, **DECLARA** que \_\_\_\_\_

(não acumula/acumula)

cargo(s), emprego(s) e função(ões) pública(s), incluídas as autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista da União, dos Estados, Distrito Federal e dos Municípios, e Fundações mantidas pelo Poder Público, com o que exerce neste Tribunal Regional do Trabalho.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_  
(local e data)

\_\_\_\_\_  
(assinatura completa)

**ACUMULAÇÃO POSITIVA**

1º ÓRGÃO: \_\_\_\_\_

CARGO/EMPREGO/FUNÇÃO: \_\_\_\_\_

HORÁRIO DE EXPEDIENTE: \_\_\_\_\_

2º ÓRGÃO: \_\_\_\_\_

CARGO/EMPREGO/FUNÇÃO: \_\_\_\_\_

HORÁRIO DE EXPEDIENTE: \_\_\_\_\_

Obs: Este documento não contém emendas ou rasuras.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

**COMUNICADO nº 2/2016 – ANEXO III**

**DECLARAÇÃO**

**DECLARO**, junto ao Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, para os fins previstos no artigo 10 da Lei nº 9.421/1996, abaixo transcrito, que \_\_\_\_\_ cônjuge,  
*possuo / não possuo*  
companheiro ou parente até o terceiro grau, inclusive dos respectivos membros ou juízes vinculados.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_  
*(local e data)*

\_\_\_\_\_  
*(assinatura completa)*

No caso de possuir parentesco, informar:

NOME: \_\_\_\_\_

TIPO DE PARENTESCO: \_\_\_\_\_



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

**COMUNICADO nº 2/2016 – ANEXO IV**

**DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS**

DE ACORDO COM A INSTRUÇÃO NORMATIVA-TCU Nº 67, DE 6 DE JULHO DE 2011

<b>FORMULÁRIO DE DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS (DBR)</b>						
<b>I - PATRIMÔNIO DO DECLARANTE</b>						
TIPO DO BEM (1)	DESCRIÇÃO DO BEM (2)	VALOR DE AQUISIÇÃO (3)	DATA DE AQUISIÇÃO (4)	VALOR VENAL ATUALIZADO (5)	VALOR DO BEM AO FINAL DO EXERCÍCIO (6)	VALOR DO BEM AO FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR (7)

Observações:

- (1) Para cada bem, informar um único tipo: imóvel, móvel, semovente, veículo terrestre, embarcação, aeronave, títulos ou valores mobiliários, aplicação financeira, depósitos em conta bancária.
- (2) Para cada bem, informar as características que o descrevem ou identificam.
- (3) Para cada bem, informar o valor de aquisição constante no instrumento de transferência de propriedade ou do ato que transferiu tal direito, expresso em moeda nacional, se adquirido no Brasil, ou na moeda do país onde o bem foi adquirido.
- (4) Para cada bem, informar a data de aquisição constante no instrumento de transferência de propriedade ou do ato que transferiu tal direito.
- (5) Para cada bem, quando não for possível informar o valor de aquisição, informar o valor de venda atualizado até a data do último mês que integra o período relativo à DBR.
- (6) Para cada bem, informar o valor de aquisição, caso o bem integre o patrimônio ao final do exercício financeiro a que se refere a DBR; caso contrário, informar zero.
- (7) Para cada bem, informar o valor de aquisição, caso o bem integre o patrimônio ao final do exercício financeiro anterior ao que se refere a DBR; caso contrário, informar zero.

<b>II – DÍVIDAS E ÔNUS DO DECLARANTE</b>	
<b>DÍVIDAS/ÔNUS DO EXERCÍCIO (1)</b>	<b>DÍVIDAS/ÔNUS DO EXERCÍCIO ANTERIOR (2)</b>

Observações:

- (1) Informar o total das dívidas ou ônus a gravar o patrimônio declarado no final do exercício financeiro a que se refere a DBR.
- (2) Informar o total das dívidas ou ônus a gravar o patrimônio declarado no final do exercício financeiro anterior ao que se refere a DBR.





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

<b>III – RENDIMENTOS DO DECLARANTE</b>	
RENDIMENTO TRIBUTÁVEL (1)	
RENDIMENTO NÃO TRIBUTÁVEL (2)	
RENDIMENTO SUJEITO À TRIBUTAÇÃO EXCLUSIVA (3)	
RENDIMENTO DO CÔNJUGE (4)	
IMPOSTO PAGO (5)	
IMPOSTO PAGO SOBRE GANHO DE CAPITAL (6)	
RESULTADO NEGATIVO DA ATIVIDADE RURAL (7)	
OUTROS PAGAMENTOS (8)	

Observações:

(1) Informar o total de rendimento tributável obtido no exercício financeiro a que se refere a DBR que compõe a base de cálculo para fins de apuração do imposto pago a título de IRPF.

(2) Informar o total de rendimento não tributável obtido no exercício financeiro a que se refere a DBR.

(3) Informar o total de rendimento sujeito à tributação exclusiva obtido no exercício financeiro a que se refere a DBR.

(4) Informar o total geral de rendimentos obtido pelo cônjuge no exercício financeiro a que se refere a DBR, quando for o caso.

(5) Informar o total de imposto pago a título de IRPF no exercício financeiro a que se refere a DBR.

(6) Informar o total de imposto pago sobre o ganho de capital aferido no exercício financeiro a que se refere a DBR.

(7) Informar o prejuízo apurado com atividade rural, quando for o caso.

(8) Informar outros pagamentos efetuados no exercício financeiro a que se refere a DBR.

<b>IV – INFORMAÇÕES PRESTADAS À RFB</b>
Declaro que as informações constantes do presente formulário são as mesmas constantes da Declaração Anual de Ajuste de Renda Pessoa Física apresentada à Receita Federal do Brasil, relativa ao exercício financeiro de _____ (1).
Número do recibo de entrega da Declaração Anual de Ajuste de Renda Pessoa Física apresentada à Receita Federal do Brasil: _____ (2).

Observações:

(1) Informar o exercício financeiro a que se refere a Declaração Anual de ajuste de Renda Pessoa Física apresentada à Receita Federal do Brasil e que serviu de base para a elaboração da DBR.

(2) Informar o número do recibo de entrega da Declaração Anual de ajuste de Renda Pessoa Física apresentada à Receita Federal do Brasil.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_  
(local e data)

\_\_\_\_\_  
(assinatura completa)



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

**COMUNICADO nº 2/2016 – ANEXO V**

**AUTORIZAÇÃO**

**DE ACORDO COM A INSTRUÇÃO NORMATIVA-TCU Nº 67, DE 6 DE JULHO DE 2011**

<b>FORMULÁRIO DE AUTORIZAÇÃO DE ACESSO AOS DADOS DE BENS E RENDAS DAS DECLARAÇÕES DE AJUSTE ANUAL DO IMPOSTO DE RENDA PESSOA FÍSICA</b>			
1) DADOS PESSOAIS			
MATRÍCULA Nº		CPF Nº	
NOME			
CARGO/FUNÇÃO		CÓDIGO	
UNIDADE DE LOTAÇÃO		RAMAL	
2) AUTORIZAÇÃO			
Autorizo, para fins de cumprimento da exigência contida no artigo 13 da Lei 8.429, de 1992, e no artigo 1º da Lei 8.730, de 1993, e enquanto sujeito ao cumprimento das obrigações previstas nas Leis 8.429, de 1992, e 8.730, de 1993, o Tribunal de Contas da União - TCU a ter acesso aos dados de Bens e Rendados exigidos nas mencionadas Leis, das minhas Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda Pessoa Física e das respectivas retificações apresentadas à Secretaria da Receita Federal do Brasil.			

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_  
(local e data)

\_\_\_\_\_  
(assinatura autoridade/servidor)



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

**COMUNICADO nº 2/2016 – ANEXO VI**

**DECLARAÇÃO**

**DECLARO**, para fins de nomeação junto ao Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, que:

( ) não apresentei declaração junto à Receita Federal no ano base (20\_\_\_\_), e que \_\_\_\_\_ bens.  
(*posso/não posso*)

( ) não apresentei declaração junto à Receita Federal no ano base (20\_\_\_\_), por ser dependente, e que \_\_\_\_\_ bens.  
(*posso/não posso*)

( ) apresentei declaração junto à Receita Federal no ano base (20\_\_\_\_), e que \_\_\_\_\_ bens.  
(*posso/não posso*)

Abaixo relaciono os bens:

---

---

---

---

( ) de 1º de janeiro/20\_\_\_\_ até a presente data, não houve variação patrimonial.

( ) de 1º de janeiro/20\_\_\_\_ até a presente data, houve a seguinte variação patrimonial:

---

---

---

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_  
(*local e data*)

\_\_\_\_\_  
(*assinatura completa*)

OBS.: Ao relacionar os bens, devem ser informados o valor e data de aquisição. No caso de decréscimo patrimonial, deve ser informado o valor e data.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

**COMUNICADO nº 2/2016 – ANEXO VII**

**TERMO DE RESPONSABILIDADE E MANUTENÇÃO DE SIGILO**

Eu, \_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_, portador do documento de identidade número \_\_\_\_\_, expedido pelo (a) \_\_\_\_\_ em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, **comprometo-me** a guardar segredo acerca de assuntos classificados como sigilosos dos quais tenha tomado conhecimento ou tido acesso em razão de meu ofício no Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, a zelar pela proteção dos documentos, materiais, áreas e sistemas de informação sob minha responsabilidade, e a usar, em estrito interesse e razões de serviço, as máquinas, equipamentos e sistemas colocados à minha disposição para o exercício funcional, em conformidade com o previsto nos Artigos 153, 154, 314, 325 e 327 do Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 (CÓDIGO PENAL BRASILEIRO); no Art. 207 do Decreto-Lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941 (CÓDIGO DE PROCESSO PENAL); nos Artigos 13, 14 e 21 da Lei nº 7.170, de 14 de dezembro de 1983 (LEI DE SEGURANÇA NACIONAL); nos Artigos 1º, 2º, 3º, 4º e 5º da Lei nº 8.027, de 12 de abril de 1990 (NORMAS DE CONDUTA DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS); nos Artigos 116, 117, 132 e 243 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 (REGIME JURÍDICO ÚNICO); no Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994 (CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO SERVIDOR PÚBLICO CIVIL DO PODER EXECUTIVO); nos Artigos 4º, 6º, 23 e 25 da Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991 (LEI DE ARQUIVOS) e no decreto 4.553, de 27 de dezembro de 2002 (SALVAGUARDA DE DADOS, INFORMAÇÕES, DOCUMENTOS E MATERIAIS SIGILOSOS DE INTERESSE DA SOCIEDADE E DO ESTADO, NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL). Comprometo-me, ainda, a observar e cumprir o prescrito na Política e nas Normas de Segurança Institucional do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, consubstanciadas na Resolução TRT8 número 289/2008, bem como em outros normativos que vierem a ser aprovados regimentalmente e implementados no âmbito da Organização. E por estar de acordo com o presente Termo, assino-o na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_  
(local e data)

\_\_\_\_\_  
(assinatura completa)

\_\_\_\_\_  
(Testemunha)

\_\_\_\_\_  
(Testemunha)



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

**COMUNICADO nº 2/2016 – ANEXO VIII**

**TERMO DE RESPONSABILIDADE PELA AUTENTICIDADE DAS INFORMAÇÕES E DOCUMENTAÇÃO  
APRESENTADAS**

NOME: \_\_\_\_\_

NACIONALIDADE: \_\_\_\_\_ NATURALIDADE: \_\_\_\_\_

ESTADO CIVIL: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

RG/SSP Nº: \_\_\_\_\_ CPF Nº: \_\_\_\_\_

CARGO: \_\_\_\_\_

LOTAÇÃO: \_\_\_\_\_

**DECLARO**, sob as penas da Lei, em decorrência de minha nomeação e posse no cargo supracitado, em atendimento ao disposto na legislação federal vigente, em especial na Lei nº 8.112/90, no Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região e no Edital do Concurso Público nº C- 335/2015, que os documentos apresentados e informações prestadas junto à Secretaria de Gestão de Pessoas do Egrégio Tribunal Regional do Trabalho da Oitava Região, são fiéis e verdadeiras. E, por ser expressão da verdade, firmo a presente declaração.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_  
(local e data)

\_\_\_\_\_  
(assinatura completa)



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

**COMUNICADO nº 2/2016 – ANEXO IX**

**FICHA DE DADOS PESSOAIS**

**1 – DADOS DO SERVIDOR**

NOME				
DATA DE NASCIMENTO		SEXO		
ESTADO CIVIL				
ENDEREÇO				
BAIRRO				
PAÍS		CEP		UF
TELEFONE(S)				
E-MAIL				
NOME DO PAI				
NOME DA MÃE				

GRAU DE INSTRUÇÃO	
FORMAÇÃO BÁSICA/GRADUAÇÃO	
PÓS-GRADUAÇÃO	

RAÇA	<input type="checkbox"/> AMARELA <input type="checkbox"/> BRANCA <input type="checkbox"/> INDÍGENA <input type="checkbox"/> NEGRA <input type="checkbox"/> PARDA			
COR	<input type="checkbox"/> AMARELA <input type="checkbox"/> BRANCA <input type="checkbox"/> INDÍGENA <input type="checkbox"/> PARDA <input type="checkbox"/> PRETA			
DOADOR DE ÓRGÃO	<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO	DOADOR DE SANGUE	<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO	
PORTADOR DE DEFICIÊNCIA	<input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO	<input type="checkbox"/> AUDITIVA <input type="checkbox"/> FÍSICA <input type="checkbox"/> MENTAL	<input type="checkbox"/> MÚLTIPLA <input type="checkbox"/> REABILITADO <input type="checkbox"/> VISUAL	
TIPO SANGUÍNEO		TIPO		
NATURALIDADE		UF		
NACIONALIDADE		CHEGADA NO PAÍS		

**2 – DADOS DO CÔNJUGE**

NOME	
DATA DE NASCIMENTO	
PROFISSÃO	
EMPREGO	
DATA DE CASAMENTO	



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

**3 – DOCUMENTAÇÃO DO SERVIDOR**

CPF	
NÚMERO	

RG/IDENTIDADE			
TIPO		NÚMERO	
ÓRGÃO		UF	
DATA DE EXPEDIÇÃO			

TÍTULO DE ELEITOR						
NÚMERO		ZONA		SEÇÃO		UF
DATA DE EXPEDIÇÃO						

CERTIFICADO MILITAR			
NÚMERO		CATEGORIA	
REGIÃO		DATA DE EXPEDIÇÃO	
ÓRGÃO EMISSOR		SÉRIE	

CARTEIRA DE MOTORISTA			
NÚMERO		CATEGORIA	
REGISTRO		DATA DE EXPEDIÇÃO	
DATA DE VALIDADE		UF	

REGISTRO PROFISSIONAL				
NÚMERO		REGISTRO		
REGIÃO		UF	DATA DE EXPEDIÇÃO	
ÓRGÃO EMISSOR				

CARTEIRA DE TRABALHO			
NÚMERO		SÉRIE	
UF		DATA DE EXPEDIÇÃO	

PIS/PASEP	
NÚMERO	



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO

**4 - INFORMAÇÕES BANCÁRIAS**

BANCO		AGÊNCIA	
OPERAÇÃO		CONTA CORRENTE	

**5 – OUTRAS INFORMAÇÕES**

NÚMERO DE FILHOS	
NOME	DATA DE NASCIMENTO

EMPREGOS ANTERIORES	PERÍODOS DE ATUAÇÃO

POSSUI PARENTES NO TRT8?	( ) SIM ( ) NÃO
CASO AFIRMATIVO, INDIQUE O(S) NOME(S) E GRAU(S) DE PARENTESCO	